ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CANIDELO

VILA NOVA DE GAIA

MINUTA DA ATA N.º 2

Aos vinte e três do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e vinte e sete minutos, teve lugar a Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo que decorreu no edifício sede da Junta de Freguesia e foi presidida por Dália Miranda Lopes Eira. Na Mesa da Assembleia estavam, ainda, Carla Gonçalves Gomes, como 1.º Secretário e Sandra Cristina de Almeida Silva, como 2.ª Secretária. ----------

Antes do início dos trabalhos, a Assembleia de Freguesia de Canidelo foi brindada com uma atuação do Rancho Folclórico de Canidelo, que apresentou alguns temas do repertório tradicional, proporcionando um momento cultural de valorização das tradições e do património cultural imaterial da Freguesia, o qual foi saudado pela Presidente da Assembleia de Freguesia, pelo Presidente do Executivo, restantes membros da Assembleia e pelo público presente.

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte: ----------

Ponto um - Intervenção do Público----------

Ponto dois - Período de Antes da Ordem do Dia----------

Ponto três - Ordem do Dia----------

a) Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026;

b) Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2026; ----------

I. Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9°, n° 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro;----------

II. Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as Freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da

subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o n° 1 do artigo 39° da Lei n° 50/2018, de 16 de agosto;----------

III. Autorização para a Freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou privadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEFP; Segurança Social, Empresas Municipais, Associações etc., nos termos das disposições contidas no artigo 9°, n° 1 alínea j), da Lei 75/2013 de 12 setembro;----------

IV. Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e se salvaguarde a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo no 9°, n° 1 alínea i), da Lei 75/2013 de 12 de setembro.----------

V. Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais----------

c) Discussão e votação da alteração do mapa de pessoal----------

d) Discussão e votação das atas das sessões anteriores *) ----------

4. Informação do Presidente do Executivo ----------

Feita a chamada estavam presentes os seguintes membros: Maria Fernanda Oliveira Magalhães Duarte, Carla Maria Rodrigues Costa, Nuno Cesar Cidade Bessa, Fernando Pereira Marques, Ivo Manuel da Costa Jesus, Isabel Susana da Costa Sousa Cancela, Adolfo António Silva Castro, Elsa Cristina Martins Duarte, David Vicente Tomé, Tiago José Novais Matos, Dália Miranda Lopes Eira, Pedro Manuel Antunes Banhudo, Carla Gonçalves Gomes, António José Perez Barra, Raquel João Santos Ferreira Nunes, Ricardo Miguel Costa Braga, Andrea Helena Freitas Ribeiro Azevedo ----------

A eleita Célia Maria Mendes Correia justificou a sua ausência. Foi chamado à substituição o eleito Hugo Miguel da Silva Fogaça Lages, que, não podendo estar presente e tendo igualmente justificado a sua ausência, foi substituído por Carla da Silva Machado, a qual, não podendo igualmente comparecer e tendo justificado a sua ausência, foi substituída por Celso Joaquim Alves dos Santos a quem foi conferida posse imediata. Regista-se ainda que Isabel Susana da Costa Sousa Cancela, eleita para a Assembleia de Freguesia nas eleições autárquicas, não

esteve presente na sessão de instalação da Assembleia por motivo devidamente justificado, tendo tomado posse do respetivo mandato na presente sessão.

Pelo Executivo da Junta estiveram presentes o Presidente, Manuel António Coutinho Ferreirinha, o Secretário José Manuel Teixeira Cardoso, a Tesoureira, Susana Natália Monteiro Moreira e os Vogais: Carlos Manuel Gonçalves, Sonia Fernanda Almeida Teixeira e Francisca Ferreira Monteiro ----------

Presidente da Assembleia - Antes de prosseguir a sessão, solicitou à Assembleia autorização para a substituição da 2.ª Secretária da Mesa. Não havendo oposição, foi aprovada a substituição do eleito Marco António Pinto Rodrigues pela eleita Sandra Cristina de Almeida Silva, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Ponto. Um – Intervenção do Público: ----------

A Presidente da Assembleia abriu os trabalhos, solicitando aos elementos do público que pretendessem intervir para se inscreverem. Inscreveu-se o cidadão Carlos Pinto----------

Carlos Pinto - Menciona a ocorrência de inundações na zona norte da Freguesia, concretamente na área de Chouselas, junto à escola, situação que terá ocorrido em novembro, não sabendo precisar se no corrente ano ou no anterior. Refere, ainda, que, na altura, o Sr. Presidente da Junta se deslocou ao local para acompanhar a situação. Informa possuir uma habitação naquela zona, a qual não foi diretamente afetada, uma vez que se encontra num ponto mais elevado, embora o terreno contíguo seja atingido pelas enxurradas. Acrescenta que, há vários anos, desde a aquisição do terreno pelo seu avô, existe a informação de que estaria prevista a abertura de uma rua de ligação entre a Rua do Barroco e a Rua das Souselas. Refere que, em 2023, aquando da legalização da habitação, foi cedida à Câmara Municipal uma área de cerca de 60 a 70 m² precisamente para esse efeito, no âmbito do futuro arruamento. Por esse motivo, questiona se existe alguma novidade relativamente à concretização dessa rua e se a sua eventual construção poderia contribuir para a resolução do problema das cheias naquela zona, dado que, em situações de forte pluviosidade, continuam a ocorrer enxurradas significativas.

Presidente do Executivo - Começou por agradecer a presença do Senhor Carlos Pinto, dando-lhe as boas-vindas à Assembleia. Referiu, ainda, que esteve no local

no sábado em que a depressão Cláudia provocou vários estragos em Canidelo, nomeadamente na zona em causa, tendo estado acompanhado pelo Senhor Fernando, também proprietário de uma habitação naquela área, concretamente na zona poente referida. Relativamente à situação apresentada, informou que, há cerca de uma semana, realizou-se uma reunião no local com as Águas de Gaia, com a presença de dois engenheiros, com o objetivo de avaliar a possibilidade de avançar com uma obra há muito prevista: o prolongamento da Rua do Fontão, desde essa via até à Escola de Souselas. Esclareceu que essa intervenção prevê a criação de infraestruturas adequadas para a recolha de águas pluviais, bem como ligações a eventuais construções futuras na zona. No entanto, salientou que, apesar de a situação estar a ser acompanhada, não existe, neste momento, qualquer prazo definido para a execução da referida obra. Acrescentou que o assunto se mantém em análise e será novamente apresentado à Câmara Municipal, atendendo ao interesse da Junta na resolução do problema. Por fim, referiu que esta problemática não se limita a um único ponto da Freguesia, uma vez que as águas acabam por confluir para o adro da Igreja, originando constrangimentos na zona envolvente, incluindo a área da Igreja e as ruas adjacentes, nomeadamente a Rua do Meiral e a Rua do Barroco, afetando igualmente a zona das escolas. Concluiu afirmando que o assunto continua em análise, mas sem previsão temporal para resolução. ----------

Ponto. Dois – Período Antes da Ordem do Dia----------

Presidente da Assembleia - Relativamente a eventuais intervenções neste ponto, questionou o plenário sobre a intenção de inscrição para intervir, tendo-se registado as inscrições dos eleitos: Ivo Jesus (PSD), Ricardo Braga (PS), David Tomé (IL), Isabel Cancela (CDS) e Tiago Matos (BE).----------

Ivo Jesus (PSD) – Começou por cumprimentar a Presidente da Assembleia de Freguesia, os respetivos Secretários, o Presidente e o respetivo executivo eleito, bem como o público presente. De seguida, felicitou e agradeceu a iniciativa da realização do Mercadinho de Natal, considerando tratar-se de uma atividade que vai ao encontro das ideias e da forma de estar da Freguesia, no sentido de dinamizar e valorizar Canidelo. ----------

No entanto, referiu que, na sua perspetiva, algumas questões poderão não ter corrido da melhor forma, manifestando dúvidas quanto aos critérios utilizados para a escolha das associações participantes. Indicou que constatou a presença de algumas associações, mas não de todas, questionando se todas foram convidadas e de que forma foi realizado o processo de seleção. Acrescentou que uma das associações não esteve representada, situação que não relaciona com o facto de a Presidente da Assembleia não conhecer alguns dos seus elementos. Referiu ainda que, apesar de ser sócio dessa associação, os seus dados não se encontravam identificados, o que poderá ter contribuído para a situação. Após esclarecimento da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de que as competências e os critérios de escolha são da exclusiva responsabilidade do executivo da Junta de Freguesia, esclareceu que tem plena consciência dessa competência. Reiterou ainda que a sua intervenção teve apenas como objetivo felicitar a iniciativa e solicitar esclarecimentos sobre os critérios de escolha e de convite às associações participantes. ----------

Ricardo Braga (PS) – O eleito propôs um Voto de Louvor à Junta de Freguesia de Canidelo pela organização do primeiro Mercadinho de Natal da Freguesia. Referiu tratar-se de uma iniciativa de elevado mérito e relevante importância para a comunidade local que, apesar das condições meteorológicas adversas, se destacou pelo sucesso, dinamismo e impacto positivo, contribuindo para a animação da Freguesia e para o reforço dos laços de proximidade entre a população. Salientou que o Mercadinho de Natal só foi possível graças à valiosa colaboração, empenho e total disponibilidade de várias associações da Freguesia e de empreendedores locais, convidados pelo executivo da Junta de Freguesia, que, de forma generosa e dedicada, contribuíram para a organização, animação e enriquecimento do evento. Acrescentou que a participação ativa do movimento associativo local foi determinante para a promoção do convívio, do espírito solidário, da valorização do artesanato e do turismo local, do dinamismo cultural e social, bem como do verdadeiro espírito natalício. Nestes termos, em nome do PS, manifestou o seu público reconhecimento e apreço à Junta de Freguesia de Canidelo, a todas as Associações envolvidas e a todos quantos contribuíram para a concretização do evento, que dignificou a Freguesia e constituiu um exemplo de

boas práticas de proximidade, cooperação e participação cívica. Por fim, referiu que, a ser aprovado, deverá ser dado conhecimento do Voto de Louvor à Junta de Freguesia de Canidelo, bem como remetido a todas as associações envolvidas. ***(Documento A)*** ----------

Isabel Cancela (CDS) – A eleita iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes, desejando-lhes felicidades e votos de sucesso, manifestando a sua disponibilidade para, apesar das diferenças ideológicas, trabalhar em conjunto pelo bem-estar da população da Freguesia. De seguida, evocou o 25 de novembro como uma data marcante para a consolidação da liberdade e da democracia em Portugal, sublinhando que foi nesse momento que o país reafirmou de forma clara a sua opção por um regime democrático pluralista e pelo Estado de direito. Recordou que a liberdade não é um dado adquirido, mas um valor que exige defesa permanente, responsabilidade cívica e compromisso coletivo. Referiu ainda que os desafios atuais à democracia são distintos dos do passado, destacando fenómenos como a desinformação, a crescente desconfiança nas instituições públicas e políticas, e o ressurgimento de extremismos, fatores que exigem vigilância e maturidade democrática. Por fim, salientou a importância da preservação da memória histórica do 25 de novembro, reafirmando o compromisso com a defesa dos valores democráticos, das liberdades fundamentais e com a garantia de que o país não volte a viver períodos de instabilidade ou de retrocesso civilizacional. ----------

David Tomé (IL) – Abdicou da pronúncia. ----------

Tiago Matos (BE) – O eleito começou por cumprimentar os Membros da Mesa da Assembleia de Freguesia, os Membros do Executivo, os Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia e o público presente. Apresentou um Voto de Saudação intitulado "Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres". Referiu que o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, assinalado a 25 de novembro, foi instituído pelas Nações Unidas como um momento de consciencialização, denúncia e compromisso político no combate a uma das mais graves violações dos direitos humanos. Sublinhou que, em Portugal, a violência contra as mulheres continua a assumir um caráter estrutural e persistente, afetando de forma desproporcional mulheres e raparigas, independentemente da idade ou condição social, ocorrendo maioritariamente em

contexto familiar, o que demonstra que não se trata de um problema marginal, mas de uma questão central da democracia. Referiu ainda que, no primeiro semestre de 2025, foram registadas 13 vítimas de homicídio voluntário em contexto de violência doméstica e 14.769 ocorrências participadas às forças de segurança, números que evidenciam a dimensão do problema e a urgência de respostas públicas eficazes. Destacou que muitas destas situações são marcadas por violência continuada, dependência económica e social e falhas na resposta preventiva do Estado, frequentemente reconhecidas apenas quando já é tarde. Salientou a especial vulnerabilidade de mulheres em situação de pobreza, mulheres migrantes, racializadas, com deficiência, lésbicas, bissexuais e mulheres trans, que acumulam múltiplas formas de discriminação e exclusão. Defendeu que o combate à violência contra as mulheres exige políticas públicas consistentes, investimento sério nos serviços de apoio, educação para a igualdade desde a infância e o envolvimento ativo das comunidades locais. Neste contexto, saudou a iniciativa da Equipa de Prevenção da Violência no Adulto (EPVA) da Unidade Local de Saúde Gaia/Espinho, que promoveu, a 23 de novembro, uma caminhada de sensibilização com início na Praia de Salgueiros, contribuindo para a mobilização da comunidade e para a visibilidade desta causa. Assim, com este voto, propôs saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, reafirmando que a violência de género não é um problema privado, mas uma questão social, política e democrática; expressar solidariedade para com todas as vítimas e respetivas famílias, reconhecendo a coragem das mulheres que denunciam e a necessidade de reforçar mecanismos de proteção eficazes; saudar a iniciativa promovida pela EPVA da ULS Gaia/Espinho, valorizando o seu contributo para a prevenção, sensibilização e envolvimento comunitário; reconhecer o trabalho desenvolvido por associações, organizações, serviços públicos e profissionais que diariamente apoiam as vítimas e combatem a violência contra as mulheres; e reafirmar o compromisso da Assembleia com a promoção da igualdade, da dignidade e da segurança das mulheres, defendendo políticas públicas que previnam a violência, reforcem a autonomia económica e garantam respostas eficazes em situações de risco.----------

O eleito apresentou ainda a moção intitulada "Pela Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Operacionais das Escolas do Concelho de Vila Nova de Gaia". Referiu que uma deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia permite o empréstimo de trabalhadores operacionais das escolas públicas a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) durante os períodos de interrupção letiva. Esta decisão tem sido contestada pelos trabalhadores abrangidos e pelos respetivos sindicatos, por configurar uma utilização abusiva de mão de obra pública fora das funções legalmente atribuídas e sem formação adequada. Acrescentou que, durante o período de pré-campanha para as eleições autárquicas, o atual Presidente da Câmara Municipal assumiu publicamente o compromisso de reverter esta decisão, manifestando igualmente disponibilidade para reunir com o sindicato representativo dos trabalhadores. Contudo, apesar de um pedido formal de reunião, não foi obtida qualquer resposta, levando o sindicato, após consulta aos trabalhadores, a avançar com a marcação de uma greve. Considerou que a ausência de diálogo institucional constitui uma falta de respeito pelos trabalhadores e agravou um conflito que poderia e deveria ter sido resolvido por via negocial. Assim, propos que a Assembleia de Freguesia: manifeste solidariedade com a luta e a greve dos trabalhadores operacionais das escolas do concelho de Vila Nova de Gaia, que, durante o período de interrupção letiva do Natal, estão a ser indevidamente deslocados para IPSS a fim de desempenharem funções que não integram o seu conteúdo funcional; repudie a utilização gratuita de trabalhadores da Administração Pública para suprir carências estruturais de instituições privadas, em prejuízo dos direitos laborais, da dignidade profissional e da segurança dos trabalhadores; exorte o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a cumprir os compromissos publicamente assumidos, reabrindo de imediato o diálogo com os representantes sindicais e revertendo a decisão que permite esta prática; e reafirme que a interrupção letiva não suspende direitos laborais nem legitima a deslocação forçada de trabalhadores para funções alheias às suas competências e formação. Propõe ainda, que seja dado conhecimento da presente moção à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao sindicato representativo dos trabalhadores e às direções das escolas envolvidas. **(Documentos B e C)**----------

Presidente da Assembleia - No decurso da apreciação da moção usou da palavra para colocar dúvidas relativamente ao seu conteúdo e solicitar a concordância do plenário quanto à concessão de tempo aos grupos parlamentares, de modo a permitir a análise e a definição fundamentada do respetivo sentido de voto.----------
Presidente do Executivo - Tomou a palavra para responder às questões colocadas, nomeadamente pelo eleito Ivo Jesus, relativamente ao Mercadinho de Natal. Começou por referir que, caso existisse alguma associação concreta a que o eleito se estivesse a referir, como a Associação da Cova da Silva, a Arca de Noé, o Rancho Folclórico ou outras, tal poderia ter sido esclarecido diretamente, salientando que esteve presente no local todos os dias do evento e disponível para prestar esclarecimentos no momento, sem necessidade de prolongar a questão para a Assembleia. Relativamente aos critérios de participação no Mercadinho de Natal, esclareceu que o planeamento inicial previa a instalação de oito barracas, tendo o critério de escolha sido simples e objetivo: foram consideradas as associações existentes na Freguesia, privilegiando-se aquelas que já tinham alguma experiência no funcionamento de barracas e que, ao longo de 2025, tinham sido menos apoiadas pela Junta de Freguesia.----------
Nesse contexto, foram igualmente convidadas a ASSIC e a CERCI, sendo que esta última acabou por recusar o convite, embora, na perspetiva do executivo, fizesse todo o sentido a sua presença, atendendo aos princípios de proximidade, contexto social e inclusão. Acrescentou que, no final da quarta-feira anterior ao evento, aquando da chegada das tendas de madeira, surgiu a possibilidade de disponibilizar uma barraca adicional, a qual foi equacionada para os Escuteiros. Contudo, por se tratar de uma decisão tomada em cima da hora e não havendo disponibilidade de recursos humanos para a ocupar, essa barraca acabou por ficar livre. Ao longo da semana de divulgação do Mercadinho, a Junta de Freguesia recebeu diversos contactos de pessoas interessadas em participar, que pressupunham tratar-se de um evento aberto ao público em geral. Perante essa procura, o executivo tentou encontrar soluções alternativas, como pequenas bancas ou armários, de forma a acomodar artesãos e outros participantes, não limitando o evento apenas à venda de produtos alimentares ou artigos das associações. Esclareceu ainda que o Rancho Folclórico não integrou a iniciativa

por uma opção consciente do executivo, uma vez que, em 2025, foi a associação que recebeu maior apoio financeiro da Junta de Freguesia, num total aproximado de 12.000 euros, correspondentes a 7.000 euros para as marchas populares e 5.000 euros para o festival de folclore. Nesse sentido, optou-se por privilegiar outras associações com menor apoio. Sublinhou, contudo, que tal não inviabiliza a participação do rancho em futuras edições. Referiu que o objetivo do executivo é dar continuidade à iniciativa, realizando um segundo Mercadinho de Natal, com abertura a todas as associações da Freguesia. Salientou também as dificuldades sentidas na organização do evento, nomeadamente na obtenção atempada de tendas, mesas e outros equipamentos, bem como na impossibilidade de contratar algumas atrações, como barracas de farturas ou um carrossel, devido à contratação tardia. Ainda assim, considerou que este primeiro evento serviu como um passo inicial e como aprendizagem para futuras edições, que serão planeadas com maior antecedência. Concluiu manifestando total disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais sobre esta matéria. ----------

Relativamente à questão levantada pelo eleito Tiago Matos (BE) sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, referiu que a Junta de Freguesia tem vindo, ao longo dos anos, a assinalar essa data, nomeadamente com a colocação de um cartaz de sensibilização, reiterando que o executivo subscreve plenamente a importância da efeméride e está disponível para acompanhar e apoiar esse assinalar. De seguida, concedeu a palavra ao Secretário do Executivo, para um esclarecimento adicional relativamente à moção apresentada sobre os trabalhadores operacionais. ----------

Secretário do Executivo- agradeceu a palavra e esclareceu que, independentemente das questões subjacentes à moção, importa clarificar alguns aspetos para correta informação pública. Referiu que as assistentes operacionais não são emprestadas às IPSS. Explicou que a Câmara Municipal, no âmbito da sua gestão de recursos humanos e durante os períodos de pausa letiva, afeta estas trabalhadoras a projetos municipais desenvolvidos em articulação com IPSS, mas não por iniciativa nem necessidade destas instituições, que teriam, de qualquer forma, pessoal próprio para assegurar o funcionamento das suas atividades. Acrescentou que esta opção resulta de uma gestão municipal dos recursos

humanos disponíveis, sendo que, caso não fossem afetas a estes projetos, as IPSS teriam de contratar pessoal adicional, com os respetivos custos a apresentar ao Município. Sublinhou que o esclarecimento não invalida o debate político e sindical existente sobre a matéria, mas visa apenas garantir que a informação seja corretamente compreendida. ----------

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Foram colocados à votação os seguintes documentos: "Voto de Louvor a Junta de Freguesia pela organização do Mercadinho de Natal" ***(Documento A),*** subscrito pelo PS, foi aprovado por maioria, com votos a favor do PS, CH e CDS e abstenções do PSD, IL e BE; "Voto de saudação dia Internacional da Violência contra as Mulheres" ***(Documento B)***, subscrito pelo pelo BE, foi aprovado por unanimidade; "Moção pela Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Operacionais das Escolas do Concelho de Vila Nova de Gaia ***(Documento C)***, subscrito pelo BE, foi rejeitado, com votos a favor do BE, votos contra do PSD, CDS, IL e CH e abstenção do PS, com declaração de voto apresentada pelo PS e pelo PSD.----------

Pedro Banhudo (PS) – esclareceu a tomada de posição do PS por considerar que a matéria em apreço não se enquadra no âmbito das competências da Assembleia de Freguesia, entendendo que a sua apreciação cabe a outras instâncias competentes.----------

Carla Costa (PSD) - o grupo parlamentar esclareceu que nada tem contra a luta dos trabalhadores nem contra a defesa dos seus direitos, reconhecendo a legitimidade das suas reivindicações. Contudo, manifesta discordância quanto à forma como a moção se encontra redigida, entendendo que a apreciação da matéria em causa não compete à Assembleia de Freguesia, mas sim à Câmara Municipal. Acresce ainda que consideram não dispor de informação suficiente e devidamente fundamentada sobre a situação descrita, razão pela qual o seu sentido de voto é desfavorável. ----------

Ponto. Três – Ordem do Dia----------

a) Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026;

Presidente da Assembleia - Relativamente a eventuais intervenções neste ponto, questionou o plenário sobre a intenção de inscrição para intervir, tendo-se registado

as inscrições dos eleitos: Pedro Banhudo (PS), Carla Costa (PSD), Isabel Cancela(CDS), Tiago Matos (BE) e David Tomé (IL)----------

Pedro Banhudo (PS) - Apresentou a sua intervenção no âmbito da apreciação e votação dos Documentos Previsionais para 2026, destacando que a análise deve assentar na responsabilidade institucional, no rigor técnico e numa visão política clara para o desenvolvimento da Freguesia de Canidelo. Foi referido que o Orçamento para 2026, no montante global de 1.197.450 euros, cumpre integralmente o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no POCAL, no SNC-AP e no Regime Financeiro das Autarquias Locais. Sublinhou-se que as receitas correntes, no valor de 1.146.050 euros, são suficientes para cobrir a totalidade das despesas correntes (1.103.350 euros), originando um saldo positivo de 42.700 euros, aplicado ao financiamento do investimento público. No que respeita às receitas, foi salientado o peso das transferências correntes (49% do total), bem como a relevância da venda de bens e serviços, com especial destaque para o Parque de Campismo, responsável por 390.000 euros. Foram ainda mencionadas as receitas provenientes de taxas e multas (7%) e a receita de IMI atribuída à Freguesia (cerca de 50.000 euros). A estrutura de receitas foi caracterizada como prudente e realista. Relativamente à despesa, foi realçado que as despesas com pessoal representam mais de 60% do total (720.650 euros), refletindo o cumprimento das obrigações legais e a valorização dos trabalhadores. A aquisição de bens e serviços correntes representa 20% da despesa (245.350 euros). O investimento previsto no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) ascende a 94.100 euros, demonstrando preocupação com a melhoria das infraestruturas da Freguesia. Foi igualmente referido que as transferências correntes para coletividades e instituições locais totalizam 36.150 euros, reforçando o papel da Junta enquanto parceira do movimento associativo. As restantes despesas correntes, integrando parte do Plano de Atividades, totalizam 101.150 euros. Na análise comparativa com o ano anterior, registou-se um decréscimo de 7,62% face ao orçamento de 2025, valor justificado pela não inclusão, nesta fase, das verbas resultantes das futuras delegações de competências por parte do Município de Vila Nova de Gaia. A intervenção destacou que este decréscimo não traduz fragilidade estrutural, mantendo-se a coerência entre receitas e despesas, quer correntes, quer

de capital. Em conclusão, o Grupo do PS considerou que os documentos apresentados demonstram uma gestão financeiramente equilibrada e responsável, em conformidade com as normas do SNC-AP, sem compromissos plurianuais ou responsabilidades contingentes, integrando o Quadro Plurianual de Programação Orçamental e evidenciando uma clara orientação para o serviço público, o investimento sustentável e o apoio à comunidade. Nestes termos, o Grupo Parlamentar declarou o seu apoio aos Documentos Previsionais para 2026, por entender que servem o interesse da Freguesia e dos seus cidadãos.----------

-**Carla Costa (PSD)** - A eleita começou por referir que a sua intervenção se enquadra numa linha de análise coerente e consistente com as posições que tem vindo a assumir ao longo dos anteriores mandatos e exercícios orçamentais, assente numa avaliação técnica dos documentos, na defesa do rigor financeiro e na salvaguarda do interesse da Freguesia. Referiu que o Orçamento em análise é um documento previsional, de natureza técnica, que apresenta as receitas a arrecadar e as despesas previstas para dar resposta às necessidades correntes e de capital da Freguesia. Assinalou um decréscimo global de cerca de 98.800 euros face ao orçamento anterior. As receitas correntes e de capital diminuem, enquanto as despesas aumentam, num contexto marcado pelo funcionamento da economia e pela inflação. Ainda assim, reconheceu que o Município e a Junta procuraram acomodar este cenário com prudência, designadamente no âmbito da delegação de competências. Tal como tem vindo a assinalar em análises anteriores, continuam a subsistir fragilidades ao nível da clarificação de determinadas rubricas orçamentais. Após análise dos mapas elaborados de acordo com o SNC-AP, destacou novamente a rubrica Despesas de Capital – Outros, no valor de 54.000 euros, cuja afetação concreta não se encontra devidamente explicitada. Considerou que esta rubrica deveria apresentar maior detalhe, à semelhança do que sucede com outras, como as Construções Diversas, permitindo uma leitura mais transparente do documento. ----------

-

No que respeita às Opções do Plano, identificou um conjunto de medidas previstas para 2026 e anos seguintes. Referiu que algumas destas ações já tinham sido anunciadas em exercícios anteriores, sem que tenham avançado, o que reforça

preocupações que tem vindo a manifestar relativamente à necessidade de maior planeamento e de uma execução mais efetiva. Destacou, a este propósito, a VL1, que surge agora como prioridade para responder aos constrangimentos de mobilidade em Canidelo. Verificou. Igualmente que persistem problemas estruturais da Freguesia, já sinalizados em mandatos anteriores, que continuam por resolver, exigindo uma reflexão mais profunda sobre as prioridades definidas e a capacidade de concretização das mesmas. Registou, contudo, de forma positiva, o facto de diversas medidas agora incluídas neste plano coincidirem com propostas anteriormente defendidas pelo PSD, nomeadamente nos programas eleitorais de 2021 e 2025. Destacou, em particular, a intenção de construção da piscina, projeto que o PSD sempre defendeu como estruturante para Canidelo e para o concelho, saudando essa intenção e esperando que se traduza em soluções concretas, bem planeadas e exequíveis. Face à análise global dos documentos apresentados, e mantendo a coerência com as posições assumidas em exercícios anteriores, informou que o Grupo Parlamentar do PSD optará, em sede de votação, pela abstenção, entendendo que esta representa uma posição responsável e equilibrada: não inviabiliza o avanço do plano, mas também não concede um cheque em branco ao executivo. Reafirmou que o PSD continuará a acompanhar de forma próxima a execução das opções aprovadas, exigindo rigor, transparência e adequada fundamentação, bem como a apresentar contributos e alternativas sempre que tal se justifique, mantendo um compromisso firme com o interesse público e com os cidadãos de Canidelo.----------

Isabel Cancela (CDS) – Abdicou da pronúncia----------

Tiago Matos (BE) – O eleito tomou a palavra para se pronunciar sobre o Orçamento e Plano de Atividades para 2026, iniciando por afirmar que a sua força política viabilizará o documento, não por considerar que este é plenamente satisfatório, mas por entender que a Freguesia não pode ficar condicionada por bloqueios institucionais ou por dinâmicas de confronto político. Foi, contudo, salientado que viabilizar não significa aprovar sem reservas, nem traduz um apoio incondicional. Sublinhou que o documento apresentado reflete sobretudo gestão corrente, com ações pontuais e necessárias, mas sem evidenciar uma ambição estrutural mais robusta que permita uma melhoria significativa e duradoura na

qualidade de vida da população. ----------
Foram identificados vários domínios considerados insuficientemente desenvolvidos no plano de atividades, nomeadamente: o combate ao isolamento social das pessoas idosas; o apoio contínuo às famílias face à atual pressão económica; a oferta regular e estruturada para a população infantojuvenil, além de iniciativas pontuais; e o reforço do apoio ao movimento associativo, fortemente dependente do voluntariado. Foi igualmente referido que a proximidade com a população não se esgota em eventos, iniciativas culturais ou comunicação digital, devendo antes traduzir-se em respostas concretas aos problemas reais do território. Nesse sentido, foi defendido que a Junta de Freguesia, embora disponha de competências limitadas, não deve restringir a sua ação a uma função meramente executiva, devendo desempenhar um papel ativo de representação, reivindicação e articulação com outras entidades, nomeadamente com a Câmara Municipal, em matérias estruturais ainda adiadas. Reconheceu os limites orçamentais existentes, mas recordou que a definição de prioridades políticas é fundamental e revela a visão de quem governa. ----------
Reafirmou que a viabilização do Orçamento e do Plano de Atividades decorre de um sentido de responsabilidade institucional, rejeitando uma lógica de oposição meramente obstrutiva. Contudo, foi deixado claro que esta viabilização não constitui um cheque em branco. A força política compromete-se a acompanhar atentamente a execução, a exercer escrutínio exigente e a colaborar sempre que haja abertura para melhorar ou corrigir o que considere insuficiente. Concluiu reforçando que o Orçamento deve ser entendido como um instrumento ao serviço da transformação da realidade local, e não apenas da sua gestão corrente, formulando o desejo de que o ano de 2026 se traduza em menos rotina e mais coragem política, menos conformismo e maior ambição social.----------
David Tomé (IL) – Iniciou a sua intervenção apresentando um conjunto de propostas no âmbito do empreendedorismo social, defendendo que os apoios financeiros e logísticos atribuídos pela Junta de Freguesia poderiam ser convertidos em unidades de contrapartida social ou ambiental. A título exemplificativo, referiu que um apoio de 1.000 euros a uma associação cultural, estudantil ou desportiva poderia corresponder a um determinado número de horas de contrapartidas sociais.

Indicou que, no caso dos clubes desportivos, essas contrapartidas poderiam traduzir-se em acompanhamento escolar dos atletas, monitorização do desempenho académico, reforço educativo ou atividades promotoras da integração social, alinhando o desporto com a educação e a formação integral dos jovens. Sublinhou que as associações que aceitassem este compromisso teriam acesso ao apoio, enquanto as que não quisessem assumir tais responsabilidades não o receberiam. Acrescentou que este modelo teria ainda a virtude de incentivar as organizações a sistematizar e utilizar a informação de proximidade que detêm sobre problemas sociais, como o isolamento de idosos, crianças em risco social ou jovens com baixo desempenho escolar. Defendeu que estas entidades estão numa posição privilegiada para identificar precocemente essas situações, recolher dados relevantes e colaborar ativamente na implementação de soluções, potenciando o impacto do investimento público. Não obstante, foi esclarecido que estas propostas não alteram a posição da IL de votar contra o orçamento, devido à falta de ambição no exercício das competências da Junta de Freguesia, à ausência de criatividade na apresentação de propostas alternativas mais eficazes e passíveis de apoio externo, como filantropia ou fundos europeus, e à inexistência de uma estratégia consistente para a geração de receitas próprias.----------

Passando à análise orçamental, referiu que o orçamento prevê cerca de 1.200.000 euros em despesas totais, sendo aproximadamente 92% afetos a despesas correntes e transferências, o que corresponde a cerca de 1.100.000 euros, restando apenas 7,84% para despesas de capital. Especificou que as despesas correntes ascendem a cerca de 966.000 euros, representando cerca de 80% da despesa total, destinadas essencialmente ao funcionamento diário da Junta, incluindo recursos humanos, bens e serviços. Indicou que as despesas com pessoal representam cerca de 60% do orçamento, enquanto os bens e serviços correspondem a cerca de 20%. Referiu que a Junta dispõe de 31 colaboradores, o que, no seu entender, traduz um rácio de despesa por colaborador elevado, considerando que o custo médio anual por trabalhador ronda os 22.000 euros, acrescido dos encargos sociais. Considerou que estes números revelam baixa eficiência, ainda que reconheça a ausência de dados adicionais que permitam uma análise comparativa mais aprofundada. Manifestou estranheza relativamente a

algumas rubricas de bens e serviços, como estudos, pareceres, projetos e consultoria (16.000 euros), vestuário e artigos pessoais (4.000 euros), despesas de representação, que aumentam de 50 para 8.000 euros, e material de escritório (9.500 euros), questionando o consumo excessivo de papel e a falta de preocupação ambiental, ilustrando com exemplos comparativos de gestão noutras organizações. -Relativamente às transferências e outras despesas correntes, indicou que estas representam cerca de 11,47% do orçamento, incluindo aproximadamente 36.000 euros em transferências e 100.000 euros para o Plano de Atividades. Considerou que algumas associações, como as Federações de Pais, mereceriam um apoio financeiro superior, face ao trabalho relevante que desenvolvem na comunidade. Questionou ainda a transferência de verbas para a Fábrica da Igreja, afirmando não compreender essa opção. Referiu que, após estas afetações, cerca de 85% do orçamento total se encontra já comprometido, restando aproximadamente 181.000 euros para o Plano de Atividades e para o Plano Plurianual de Investimentos, dos quais cerca de 87.000 euros se destinam ao primeiro e 94.000 euros ao segundo.----------

Apresentou diversas propostas alternativas que, no seu entender, criariam maior valor para a Freguesia, como a criação de uma Casa de Artes e Ofícios com vertente cultural e ambiental, um festival de arte urbana distribuído pelos bairros de Canidelo, a requalificação e renaturalização de espaços abandonados, como um antigo campo de futebol, e a realização de um Torneio InterFreguesias em várias modalidades, envolvendo as ruas e infraestruturas da Freguesia.----------

No que respeita ao Plano de Atividades, criticou a afetação de 37.500 euros a passeios à praia, defendendo que esses recursos deveriam ser canalizados para rastreios de saúde, como rastreios oculares e dermatológicos, à semelhança do que já acontece noutras Freguesias. ----------

Por fim, relativamente às despesas de capital, referiu que os 94.000 euros previstos correspondem, na prática, a um valor efetivo inferior, destacando a dotação de 10.000 euros para uma aplicação informática, que considerou manifestamente insuficiente face aos objetivos anunciados. Defendeu que o investimento em capital deve ser significativamente reforçado, propondo que, nos próximos anos, as despesas efetivas de capital atinjam 20% do orçamento total, o que, no seu

entendimento, só será possível através da redução da despesa corrente, da sua realocação e do aumento das receitas próprias. Concluiu reafirmando a posição crítica da IL relativamente ao orçamento apresentado.----------

Presidente Executivo - Agradeceu a palavra e iniciou a sua intervenção respondendo à intervenção do PSD, relativamente às questões colocadas sobre o orçamento. Esclareceu que o documento em apreciação é um orçamento previsional, de natureza técnica, elaborado tendo em conta as prioridades e intenções do executivo para o próximo ano, considerando-o o documento possível face à incerteza existente quanto ao enquadramento financeiro futuro, designadamente no que respeita à delegação de competências e ao respetivo pacote financeiro a atribuir pela Câmara Municipal. Relativamente à despesa de capital, nomeadamente à verba de 54.000 euros inscrita no capítulo das construções diversas e obras, explicou que esta dotação visa assegurar margem de resposta a eventuais situações urgentes ou imprevistas, como pequenas intervenções, obras pontuais ou necessidades emergentes, garantindo o respetivo cabimento orçamental. Acrescentou que estas rubricas podem sempre ser alteradas ou revistas, sobretudo após a clarificação do quadro financeiro decorrente da delegação de competências, não estando excluída a necessidade de revisão do orçamento ou de nova discussão em sede de Assembleia.----------

No que respeita ao planeamento urbano e à mobilidade, reafirmou que o executivo sempre defendeu a construção das Vias de Ligação Estruturantes (VLE), sublinhando que as cidades se constroem numa perspetiva de médio e longo prazo, ao longo de várias décadas. Reconheceu a existência de falhas de planeamento em Vila Nova de Gaia e, em particular, em Canidelo, assumindo que estas resultam da não utilização atempada dos instrumentos de ordenamento do território disponíveis. Referiu ainda que muitos dos projetos estruturantes remontam aos anos 90 e se encontram desatualizados, o que dificulta a resposta plena às atuais necessidades, nomeadamente em matéria de mobilidade. Relativamente à piscina, recordou que se trata de uma proposta antiga, discutida desde o início dos anos 2000, tendo sido inclusive apresentada ao então Presidente da Câmara, Dr. Luís Filipe Menezes, para a construção de uma piscina e de um tanque de aprendizagem. Esclareceu que o projeto sempre esteve arquivado na Junta de

Freguesia e que o atual executivo admite a sua reavaliação e adaptação às necessidades atuais. Contudo, defendeu que se trata de um equipamento que deve integrar a rede municipal de equipamentos públicos, não devendo ser gerido diretamente pela Junta de Freguesia, divergência que, no seu entender, residiu essencialmente no modelo de gestão e não na pertinência do equipamento em si. Passando às questões levantadas pelo eleito Tiago Matos, reiterou que o orçamento reflete apenas uma parte das intenções e compromissos do executivo para o mandato de quatro anos, sendo evidente que não será possível resolver todas as matérias em 2026. Salientou que os compromissos assumidos serão trabalhados de forma gradual, responsável e sustentada, evitando dar passos superiores à capacidade financeira e operacional da Junta. Reconheceu que as propostas apresentadas pelos diferentes grupos políticos, designadamente nas áreas social, económica e de gestão, são legítimas, e assegurou que o executivo está disponível para trabalhar em conjunto com todos os eleitos, acolhendo contributos de qualquer força política representada na Assembleia, desde que estes acrescentem valor e respondam às necessidades da população, reafirmando não existir qualquer obstáculo ideológico à cooperação. Relativamente à proposta de unidades de contrapartida social ou ambiental, apresentada pelo eleito David Tomé, recordou que já havia manifestado abertura e concordância com o princípio da iniciativa, considerando-a uma ideia interessante e com potencial. No entanto, sublinhou que a sua implementação exige tempo, diálogo e envolvimento das associações, não podendo ser imposta de forma unilateral pela Junta. Defendeu que este modelo deve resultar de um processo gradual, construído em conjunto com as instituições, de modo a que a contrapartida seja assumida como uma resposta natural e voluntária às problemáticas sociais e ambientais existentes. ---- Quanto à análise crítica feita ao orçamento, reconheceu a existência de diferentes leituras e perspetivas, considerando que algumas propostas apresentadas refletem uma visão mais idealizada da realidade orçamental. Reafirmou que as opções tomadas resultam do programa do executivo e das prioridades definidas para o mandato, ainda que se mantenha abertura para convergências sempre que possível.----------

Em resposta à referência feita pelo eleito David Tomé relativamente às despesas com material de escritório, nomeadamente ao consumo de papel, esclareceu que a Junta de Freguesia responde a inúmeros pedidos de apoio por parte das associações locais, incluindo a impressão de documentação para assembleias, reuniões e comunicações aos associados. Referiu que, em determinados períodos, esses pedidos podem implicar a realização de centenas de fotocópias por dia, justificando, em parte, a dotação orçamental prevista para essa rubrica, sem prejuízo de uma gestão responsável e de eventual reavaliação futura. Concluiu afirmando que o orçamento apresentado reflete as opções possíveis face ao contexto atual e que o executivo permanece disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se revelem necessários. ----------

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Terminadas todas as intervenções, a Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação este ponto: "Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026", foi aprovado com os votos a favor do PS e do BE, votos contra da IL e as abstenções do PSD, CDS e CH.----------

Ponto Três – Ordem do Dia----------

b) Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2026:----------

I. Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9°, n° 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro;----------

II. Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as Freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o n° 1 do artigo 39° da Lei n° 50/2018, de 16 de agosto;----------

III. Autorização para a Freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer

formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou privadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEFP; Segurança Social, Empresas Municipais, Associações etc., nos termos das disposições contidas no artigo 9°, n° 1 alínea j), da Lei 75/2013 de 12 setembro;----------

IV. Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e se salvaguarde a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo no 9°, n° 1 alínea i), da Lei 75/2013 de 12 de setembro;----------

V. Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais----------

Presidente da Assembleia - Relativamente a eventuais intervenções neste ponto, questionou o plenário sobre a intenção de inscrição para intervir, tendo-se registado a inscrição de Maria Fernanda Duarte (PSD). Ainda em relação a este ponto a Presidente da Assembleia solicitou opinião dos eleitos, tendo-se concluído manter o procedimento habitual de discussão conjunta e votação em separado. ---

Fernanda Duarte (PSD) - Manifestou o seu voto contra, justificando-o com base na responsabilidade, transparência e defesa do papel da Assembleia. Explicou que o pedido de autorizações incluía a celebração de contratos, protocolos e compromissos sem identificação clara de objetivos, objetos, valores ou impactos financeiros, o que, na prática, configuraria um "cheque em branco" ao Executivo da Junta de Freguesia, comprometendo a capacidade de fiscalização da Assembleia. Reforçou que não se trata de recusar a cooperação, nem de se opor à prática de solicitar autorizações, mas sim de garantir que cada autorização seja especificamente analisada e deliberada, prevenindo impactos financeiros relevantes nos orçamentos futuros. Concluiu afirmando que, por estas razões, votarão contra, mas reiterou total abertura para aprovar futuramente autorizações especiais, desde que devidamente detalhadas e submetidas à apreciação desta Assembleia. Finalizou a sua intervenção desejando um bom Natal a todos os presentes. ----------

Presidente do Executivo - agradeceu a palavra e iniciou a sua intervenção relativamente às questões colocadas sobre as autorizações de celebração de

contratos, protocolos e delegação de competências. Esclareceu que, ao longo dos anos, a Junta de Freguesia tem assinado este tipo de documentos anualmente, não como um "cheque em branco", mas garantindo a capacidade de gestão necessária para cumprir os afazeres próprios da Junta. Reafirmou que nunca tomou decisões de grande relevância para a Freguesia de forma isolada ou sem a participação da Assembleia, e que não seria agora que o executivo o faria. Referiu que as autorizações em questão incluem, por exemplo, protocolos de delegação de competências para escolas e jardins de infância, e que, se fosse necessário levar cada plano ou protocolo à Assembleia para aprovação, isso se tornaria desfasado e pouco prático face à realidade da gestão diária da Freguesia. Sublinhou que o modelo de repartição de competências entre município e juntas exige este tipo de agilidade para poder celebrar protocolos com instituições públicas e privadas, garantindo que as associações da Freguesia recebem o apoio necessário em tempo útil. Na sua opinião, seria inviável submeter cada decisão à Assembleia, considerando a frequência e a quantidade de atos administrativos que diariamente decorrem. Concluiu afirmando que esta prática não diminui o papel deliberativo da Assembleia, mas reflete a necessidade de conciliar responsabilidade, gestão prática e eficiência, assegurando o funcionamento adequado dos serviços e o apoio às instituições da Freguesia. ----------

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – terminadas as intervenções relativas alínea b) "Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2026: ----------

I.Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9°, n° 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro"), foi aprovado por maioria com votos a favor do PS, BE e IL, votos contra do PSD, CDS e CH;----------

II."Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as Freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de

modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o n° 1 do artigo 39° da Lei n° 50/2018, de 16 de agosto") , foi aprovado por maioria com votos a favor do PS, BE e IL, votos contra do PSD, CDS e abstenção do CH;----------

III. "Autorização para a Freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou privadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEFP; Segurança Social, Empresas Municipais, Associações etc., nos termos das disposições contidas no artigo 9°, n° 1 alínea j), da Lei 75/2013 de 12 setembro"), foi aprovado por maioria com votos a favor do PS, BE e IL, votos contra do PSD e CDS e abstenção do CH;----------

IV. "Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e se salvaguarde a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo no 9°, n° 1 alínea i), da Lei 75/2013 de 12 de setembro", foi aprovado por maioria com os votos a favor do PS e BE, votos contra PSD, CDS e CH e a abstenção da IL;----------

V. "Autorização Prévia para Compromissos plurianuais" foi aprovado por maioria com votos a favor do PS e IL, votos contra do PSD, CDS e CH e abstenção do BE.

c) – Discussão e votação da alteração ao mapa de pessoal----------

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – O ponto 3, alínea c) "Discussão e votação da alteração ao mapa de pessoal" foi aprovado por maioria com votos a favor do PS, PSD, CDS, CH, BE e abstenção da IL.----------

d) – Discussão e votação das atas das sessões anteriores----------

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – O ponto 3, alínea d) "Discussão e votação das atas das sessões anteriores", nomeadamente a ata nº 19, foi aprovado por unanimidade com a ressalva de que não participaram na votação os elementos que não estiveram presentes na respetiva assembleia.----------

Ponto. Quatro – Informação do Presidente do Executivo----------

Presidente do Executivo - agradeceu a palavra, desejou um Feliz Natal e

esclareceu que a Junta de Freguesia preparou uma lembrança para os eleitos, distribuindo o Livro da Freguesia como símbolo de reconhecimento e boas festas.

A 1.º Secretária fez a leitura da Minuta da Ata desta reunião que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade. ----------
Nada mais havendo a tratar, foi a 4ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo, dada por terminada, eram vinte e três horas e dez minutos do dia 23 de dezembro de 2025, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo 1.º Secretário e pela Presidente da Assembleia de Freguesia.

_____

_____